

# O Presente e o Passado das Casas do Povo em Portugal: Arquitetura, Comunidade e Memória

*Presente y pasado de las  
Casas do Povo en Portugal: Arquitectura,  
Comunidad y Memoria*

*The Present and Past of  
Casas do Povo in Portugal: Architecture,  
Community and Memory*

**Diego Beja Inglez de Souza**

*Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Portugal / ISCTE -  
Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. diegobis@me.com*

**Ricardo Costa Agarez**

*ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. ricardo.agarez@iscte-iul.pt*

**Ana Mehnert Pascoal**

*ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. ana.pascoal@iscte-iul.pt*

**João Cardim Ribeiro**

*Universidade de Évora, Portugal. joao.ribeiro@uevora.pt*

## Resumo

Este artigo considera os matizes da materialização concreta da instituição Casa do Povo em Portugal nos últimos 90 anos, através da análise de um conjunto representativo de exemplos e de uma abordagem abrangente às diferentes arquiteturas da Casa, ao seu passado e ao seu destino: testemunhos-chave para a memória de cada comunidade cujos cambiantes são relevantes para o entendimento do país no seu todo.

**Palavras-Chave:** Arquitetura do corporativismo. Assistência Social. Comunidades rurais. Arquitetura e comunidade. Equipamentos coletivos.

## Resumen

*Este artículo considera los matices de la materialización concreta de la institución Casa do Povo en Portugal en los últimos 90 años, a través del análisis de un conjunto representativo de ejemplos y de un acercamiento amplio de las distintas arquitecturas de la Casa, de su pasado y de su destino: testimonios-clave para la memoria de cada comunidad cuyos cambiantes son relevantes para la comprensión del país.*

**Palabras-Clave:** *La arquitectura del corporativismo. Asistencia social. Comunidades rurales. Arquitectura y comunidad. Equipamientos colectivos.*

## Abstract

*This paper considers the nuances acquired by the institution Casa do Povo as it materialized in Portugal over the last 90 years, through the analysis of a representative sample of examples and a comprehensive perspective of its varying architectures, their past and their fortune: key testimonies for the memory of each single community, their modulation is relevant in our understanding of the country.*

**Keywords:** *The architecture of corporatism. Social Assistance. Rural communities. Architecture and community. Collective facilities.*

## INTRODUÇÃO

### *Poema de Amor em Estado Novo*

(...)

*Ó minha corporativa,  
Minha lei de Estado Novo,  
Não me sejas mais esquiva!  
Meu coração quer guarida  
Ó linda Casa do Povo*

(PESSOA, 8/9-XI-1935 [1985])

**A** Casa do Povo em Portugal tem sido associada pela historiografia com o regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974) e o seu aparelho de controle sociopolítico, económico e cultural. Objeto de criação forçada por decreto, para oferta de serviços de assistência mutualista, educação e recreação a comunidades locais em todo o país, correspondeu-lhes inicialmente o estabelecimento de modelos arquitetónicos estereotipados que permitissem a instalação de sedes acolhendo programas funcionais de ambição moderada.

Contudo, em muitas das 100 comunidades, ainda servidas em 2023 por Casas do Povo, a perspetiva não está sempre de acordo com leituras estruturalistas da história

recente do país. Tal como os programas e valências se foram complexificando com o passar do tempo, atravessando regimes políticos e resultando em instalações de dimensão e diversidade crescente – muito além dos modelos-tipo iniciais –, também o significado da instituição nas comunidades ultrapassou, em maior ou menor medida, a colagem ao regime deposto em 1974. Hoje, em circunstâncias marcadas pelo envelhecimento, a desertificação e a resistência às consequências destes fatores adversos, as Casas do Povo encontraram vocações especializadas – da educação musical ao apoio à terceira idade – ou foram incorporadas em entidades de serviço público universal, ou ainda, em alguns casos, foram abandonadas. Em diversas localidades, elas permanecem como elemento focal da vida coletiva, repositório edificado, muitas vezes único, de memórias e experiências comuns.

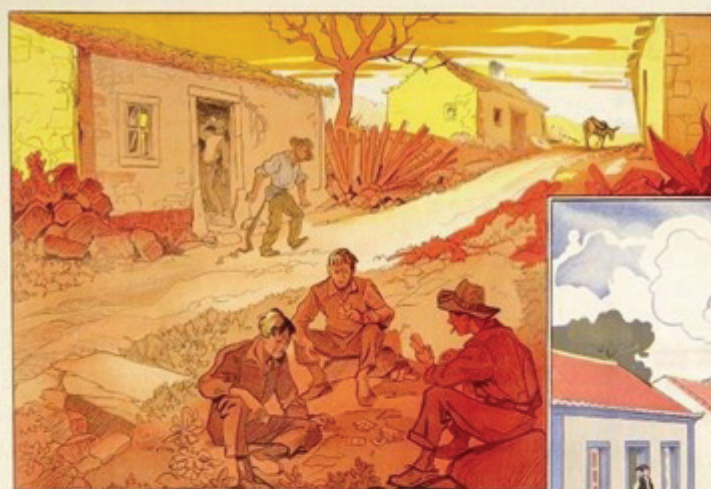
Este artigo considera os matizes da materialização concreta da instituição Casa do Povo em Portugal nos últimos noventa anos, por meio da análise de um conjunto representativo de exemplos observado a partir do presente e historicamente contextualizado, e pretende contribuir para uma abordagem menos contrastada e, por isso, mais frutífera das diferentes arquiteturas da Casa do Povo, do seu funcionamento passado e do seu dever: daquilo que cada Casa foi e é, na comunidade de cujo esforço coletivo é resultado, coincidindo ou não com a narrativa histórica generalista. As Casas do Povo em Portugal, queremos propor, são testemunhos arquitetónicos e urbanos importantes para a discussão do passado e da memória de cada comunidade, individualmente, e por essa via elementos relevantes para o entendimento do país, da sua história e do seu presente.

A arquitetura das sedes das Casas do Povo variou muito ao longo das décadas em que estas foram construídas, em função das disponibilidades financeiras das entidades e das valências que pretendiam oferecer. A partir da reprodução de um tipo inicial, os projetos destes edifícios foram ganhando em dimensão e visibilidade, convertendo-se por vezes em símbolos da ação social do corporativismo no interior do país. Inicialmente comprometidos com uma determinada estética para-oficial, designada por Fernandes (2003) como “português suave”, os profissionais responsáveis pelos projetos, nem sempre arquitetos, foram gradualmente incorporando outros elementos expressivos e construtivos, metamorfose que,



propomos, pode ser hoje lida a partir da análise das sedes das Casas do Povo dispersas pelo território português.

A ultrapassagem do projeto-tipo elaborado pelo arquiteto Jorge Segurado (1898-1990), que deu origem, entre outros, à sede da Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos (Figuras 2 e 3), iniciou-se cedo, num processo que tocou várias tendências da cultura arquitetónica em Portugal no período.



## A LIÇÃO DE SALAZAR

Com o Estado Novo Corporativo inicia-se uma era de dignificação de trabalho e de justiça social.

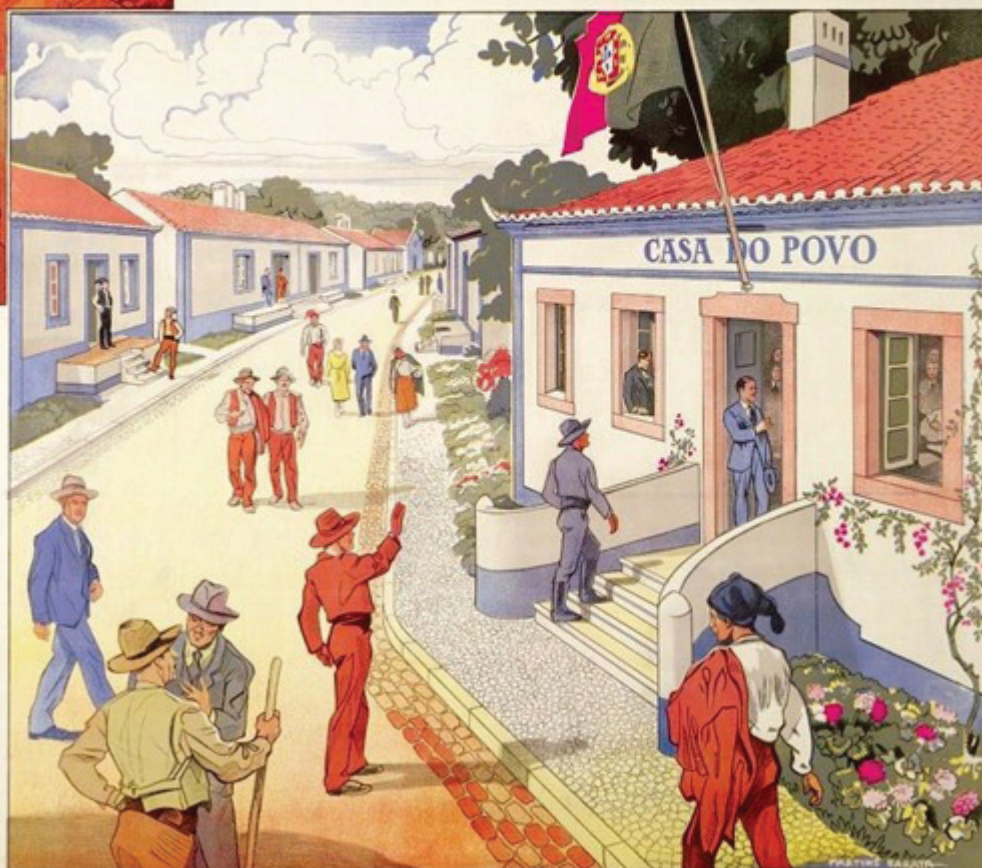


Figura 1: Casa do Povo na “Lição de Salazar”, ilustração de Martins Barata (1938).  
Fonte: Fundação Calouste Gulbenkian/ MIT.





*Figura 2: Sede da Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos, realizada de acordo com o Projeto-tipo elaborado pelo arquiteto Jorge Segurado nos anos 1930.  
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa. Fotografia de Eduardo Portugal.*

Já a sede da Casa do Povo de Pinhel (Figura 3), projetada pelo arquiteto José Duarte Madeira e inaugurada em 1954, parece ser um bom exemplo da superação dos projetos-tipo, já que dedica espaços mais amplos e especializados para cada uma das valências previstas, incluindo ainda áreas de apoio às atividades desportivas, em sintonia com as ambições da entidade, que pretendia distinguir-se das demais Casas do Povo sediadas em vilas e freguesias rurais. A construção da sede representou um importante vetor de urbanização e ampliação da mancha urbanizada da cidade.





*Figura 3: Sede da Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos em 2023.  
Fotografia de Diego Inglez de Souza.*



*Figura 4:-Sede da Casa do Povo de Pinhel.  
Fonte: Acervo da Casa do Povo de Pinhel. Fotografia de autor desconhecido.*

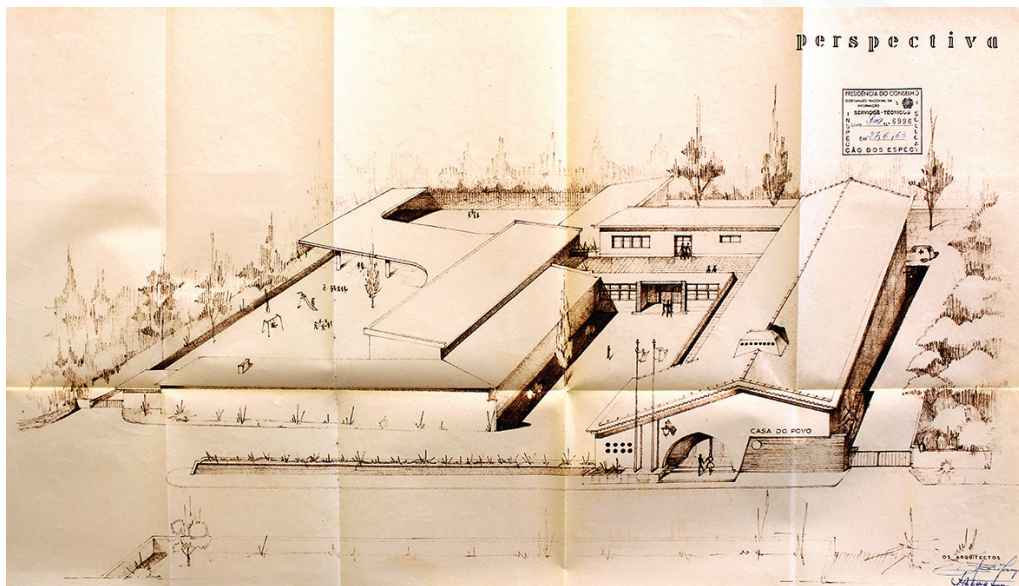


Figura 5: Sede da Casa do Povo de Lavre, projetada pelos arquitetos Luis Bevilacqua e Francisco Botelho de Sousa entre 1961 e 1962. Fonte: Arquivo da Casa do Povo de Lavre.

O ampliar do léxico arquitetónico aplicado nas Casas do Povo é mais evidente nos anos 1960, acompanhando a crescente diversidade de linguagens que caracteriza a arquitetura moderna portuguesa. Tal hibridez marcou estes edifícios, como no caso da Casa do Povo de Lavre (Montemor-o-Novo) (Figura 5), desenhada entre 1961 e 1962 pelos arquitetos Luis Bevilacqua (1913-1986) e Francisco Botelho de Sousa (1916-2010), que procuraram, “quanto ao aspeto estético [...] integrá-lo no ambiente da região, com sabor modernizado”. Tratava-se de um projeto ambicioso, em duas fases (Casa do Povo e Infantário), das quais foi apenas construída a primeira. O edifício-sede refletia já uma certa especialização do programa funcional que sobrevive até hoje. Com efeito, apesar de estarem presentes os serviços habituais desta tipologia (posto clínico e sala de artesanato), o investimento maior foi colocado nos espaços dedicados aos espetáculos, designadamente o grande salão (e palco de considerável dimensão), com entrada independente, vestíbulo, bengaleiro e camarim, reflexo da integração, na Casa do Povo, da banda de música e espólio da Sociedade Fraternidade Simão da Veiga, extinta nos anos 1950 (FONSECA, 2014). Pequenas alterações interiores realizadas ao longo das décadas reforçaram esta especialização, à medida que as restantes funções se foram reduzindo ou mesmo



desaparecendo, enquanto outras – como a prática desportiva ou o apoio social – se foram desenvolvendo, embora sem reflexos na arquitetura.

Já a Casa do Povo de Azinheira de Barros (Grândola) (Figuras 6 e 7) conjuga um programa conservador, emanado das recomendações da Junta Central das Casas do Povo (JCCP) com a revisão criativa da linguagem moderna. Um “centro rural feminino” (com cozinha e sala para costura-bordados) junta-se às habituais funções do equipamento (salão de festas, biblioteca, posto clínico e sala de convívio). Desenhado em 1964-1965 pelo arquiteto Justino Morais (1928-2011), o equipamento surge na malha da povoação de forma inusitada, trazendo elementos formais e materiais característicos da década, presentes noutras obras do autor (CARDIM, 2017).

Num território economicamente deprimido, especialmente desde o encerramento da Mina do Lousal em 1988, o equipamento concentrou as atividades na resposta social à população. Além de programas de formação, a Casa do Povo de Azinheira de Barros foi adaptada a Centro de Dia para idosos e desenvolveu programas de apoio domiciliário e de combate à pobreza, beneficiando-se de acordos com a Segurança Social. A transformação das suas atividades e a necessidade de renovação material traduziu-se em substanciais alterações arquitetónicas no interior do edifício e dos revestimentos utilizados. Estas remodelações acabam por adaptar a obra às exigências funcionais contemporâneas, contribuindo para apagar marcas do passado.

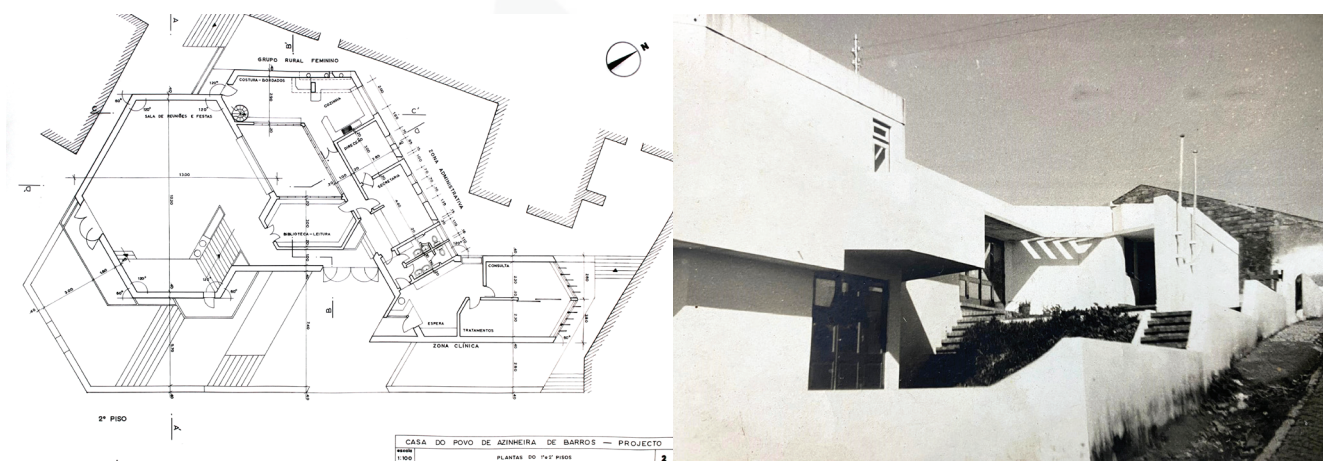


Figura 6: Planta da Casa do Povo de Azinheira de Barros, projeto desenvolvido por Justino Morais. Fonte: Direção-Geral do Património Cultural, Espólio Justino Morais.

Figura 7: Sede da Casa do Povo de Azinheira de Barros. Fonte: Arquivo da Casa do Povo de Azinheira de Barros. Fotografia de autor desconhecido.

A sede da Casa do Povo de Vendas Novas (Figura 8), projetada e construída já no período democrático, materializa o estímulo à prática desportiva: “a ginástica [...] seria, em breve, a atividade mais importante da Instituição... como, anos antes [e em edifícios anteriores], o Rancho Folclórico [Infantil] fora o seu grande cartaz de propaganda” (PAIS, 2001, p. 137). Desenhado pelo arquiteto António Tavares Lopes da Cruz Homem (1926-?) em 1980, o edifício deu especial relevo ao ginásio situado no piso superior, cujo dimensionamento tomou em consideração o “provável aumento dos seus utentes”<sup>1</sup>. Não só esta previsão se confirmou como as modalidades promovidas pela Casa do Povo ajudaram a fazer de Vendas Novas um centro regional de prática desportiva, no qual foram construídos outros equipamentos nas últimas décadas e onde muitas das competições continuaram a ser organizadas pela Casa do Povo.

Em paralelo, esta instituição desenvolveu respostas ao nível social – centro de dia, refeitório, apoio domiciliário, lar para a terceira idade em edifício próprio, bem como serviços da Segurança Social – que motivaram várias ampliações do edifício. Tais adições, que rodeiam o edifício original, são caracterizadas quer pela sua materialidade neutra, quer por um certo “respeito” pela Casa do Povo, que se destaca na paisagem urbana com linguagem vagamente neo-brutalista, distante do “português suave” de outrora.

---

<sup>1</sup> *Memória Descritiva do Projeto da Casa do Povo de Vendas Novas, 1980.* Arquivo da Câmara Municipal de Vendas Novas.



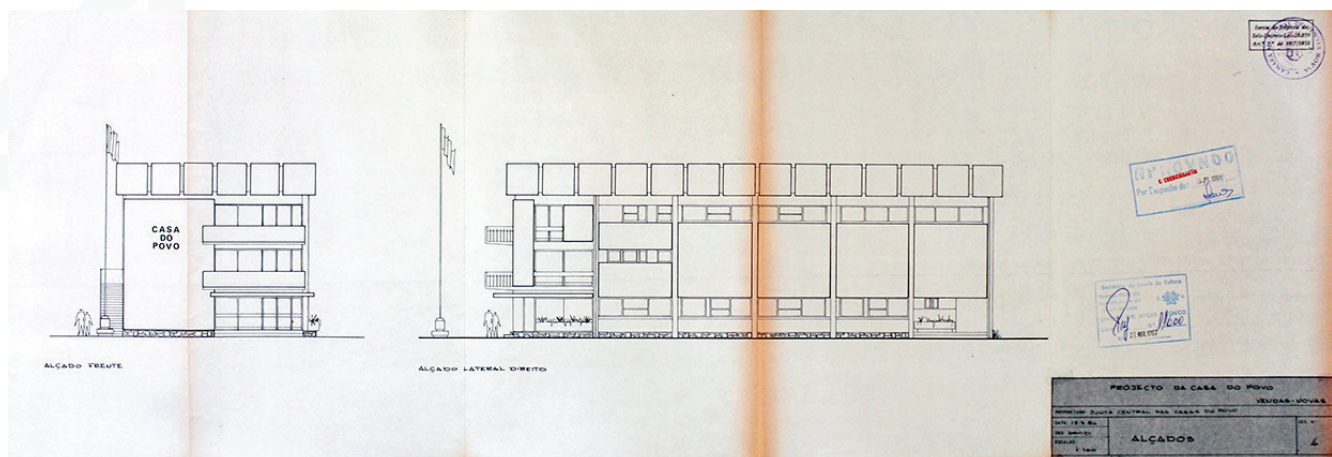


Figura 8: Alçados do projeto para a Sede da Casa do Povo de Vendas Novas, arquiteto António Tavares Lopes da Cruz Homem, 1980. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Vendas Novas.

Estas Casas do Povo demonstram alguma vitalidade na atualidade, tendo uma importância inequívoca nas comunidades onde estão inseridas. A sua história, nome e arquitetura são os únicos elos de ligação com o Estado Novo. Transformações operadas no país nas décadas democráticas e a transformação funcional não conseguiram abalar a estabilidade e o enraizamento das “Casas do Povo”, como ficou patente na tentativa infrutífera para converter, em maio de 1974, a entidade em Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Vendas Novas (PAIS, 2001, p. 121). As dinâmicas atuais ajudam a diluir a carga negativa das memórias associadas à ditadura que estes espaços poderiam ainda carregar. As Casas do Povo foram palco de intensa atividade política no período pós-revolucionário e a sua gestão foi objeto de disputas entre diferentes vertentes políticas.

Do ponto de vista arquitetónico, parece ser claro que o grau de intervenção da Casa do Povo como entidade que encomenda o projeto determina o resultado de cada edifício-sede, não só em termos de programa, mas também quanto à sua expressão formal e material. A sede da Casa do Povo de Lavre é desde o início assumida como um “empreendimento grandioso” e a contratação de arquitetos com obra relevante em Lisboa revela a importância dada pela entidade à realização, bem como os recursos que estava disposta a despender. A inserção no ambiente local é mais retórica do que efetiva, limitando-se à adoção de telhados inclinados (embora conjugada com terraços) e à estilização de alguns elementos formais vagamente tradicionais ou pré-modernos, como o arco ogival ou a chaminé trabalhada. O sistema construtivo previsto é ainda misto (fundações em alvenaria de pedra,

estrutura em betão armado, paredes de tijolo, estrutura da cobertura em madeira), mas durante a obra procede-se à substituição de alguns destes materiais por elementos e lajes de betão pré-esforçado, tecnologia então mais recente. O programa – no qual a direção desta Casa do Povo tem influência determinante – é o principal fator que aqui norteia as decisões de projeto, não obstante o desenho exterior do edifício procurar mitigar o impacto de um equipamento social desta dimensão numa aldeia rural.

Neste sentido, a direção da Casa do Povo de Azinheira de Barros aparenta ter tido menos controlo sobre o projeto da sua sede, como se pode aferir pelo programa bastante genérico (e, de certa forma, ideologicamente marcado) e pelo recurso ao arquiteto Justino Morais, que terá atuado enquanto “arquiteto regional” das Habitações Económicas – Federação de Caixas de Previdência (HE-FCP)<sup>2</sup>. O projeto surge contextualizado no percurso profissional do arquiteto, nomeadamente nas suas experimentações com plantas de geometria não ortogonal realizadas desde o início da década de 1960. Construtivamente, adota métodos então contemporâneos: estrutura em betão armado, paredes de alvenaria de tijolo (duplas e com caixa-de-ar quando exteriores), lajes de elementos cerâmicos pré-fabricados. A integração no meio (o tecido estabilizado da aldeia de Azinheira de Barros) faz-se através dos acabamentos, “correntes mas tratados de modo a conseguir-se uma unidade de espaços e ambientes relacionados com o Local”<sup>3</sup>.

No meio urbano de Vendas Novas – “numa zona da Vila de fraco interesse arquitetónico a nível de edifícios e construção em geral”<sup>4</sup>, e já em período democrático, o arquiteto Cruz Homem não faz qualquer tipo de concessão a elementos tradicionais ou relacionados com o contexto local, orientando a sua ação

---

<sup>2</sup> Ainda não é clara a relação entre Justino Morais, “arquiteto regional” (avençado) das HE-FCP para a região da Grande Lisboa nos anos 1960, e o projeto da Casa do Povo de Azinheira de Barros. Podemos apenas confirmar que foi autor de vários projetos de bairros promovidos por Casas do Povo ao abrigo da Lei n.º 2092, de 9 de abril de 1958, bem como de edifícios-sedes para este tipo de entidades.

<sup>3</sup> *Memória descritiva do Projeto da Casa do Povo de Azinheira de Barros*, 1965. Direção-Geral do Património Cultural, Espólio Justino Morais.

<sup>4</sup> *Memória Descritiva do Projeto da Casa do Povo de Vendas Novas*, 1980. Arquivo da Câmara Municipal de Vendas Novas.



com evidente liberdade, partindo das necessidades programáticas. Exteriormente, o edifício é caracterizado pela relação entre planos pintados de branco, elementos em betão aparente (cimalhas, pilares, vigas e varandas), e superfícies vidradas, algumas de assinalável dimensão (com caixilharia de alumínio anodizado). Apesar do seu relativo anacronismo, reflete uma atualização formal e material desta tipologia, distante dos modelos da década de 1940 e que remete à arquitetura moderna do “estilo internacional”.

A história das Casas do Povo, observada a partir da sua expressão arquitetónica, oferece uma oportunidade ímpar para perceber e discutir as relações entre forma construída, história local, memória coletiva, visões retrospectivas e experiências pessoais. Assim, devemos ter em conta as expressões do poder político na paisagem construída e suas interpretações – tanto académicas quanto da cidadania.

Como sugere FINDLEY (2010), os edifícios construídos por iniciativa do poder político perpetuam-se como marcas duradouras na paisagem: as aspirações ideológicas que os originaram sobrevivem à queda dos seus promotores e, no caso de edifícios relacionados com ditaduras, a transformação de espaços e ideias a eles associadas implica um esforço de longo prazo. No entanto, a sua utilização ininterrupta em novos contextos nem sempre se reveste de conotações negativas ou traumáticas, alicerçando-se num certo pragmatismo. Em muitos casos, os equipamentos foram esvaziados da vida política que comportavam, eventualmente implicando alterações ou remoção de símbolos<sup>5</sup>. Citem-se os exemplos do uso do Estádio Olímpico de Berlim para fins desportivos (COPLEY, 2020) e da reconversão das Case del Fascio no Norte de Itália após a queda do fascismo, servindo desde apoio ao comité de libertação nacional, habitação e estações de rádio, à mais recente transformação em sedes militares e da polícia (MAULSBY, 2014).

A convivência com os legados materiais dos regimes autoritários europeus tem sido problematizada colocando a tónica em questões como o revisionismo histórico e a

---

<sup>5</sup> Excluímos desta perspetiva de análise os locais intrinsecamente ligados a conflitos bélicos ou atos atrozes, como campos de concentração, cuja prática de reutilização passou, sobretudo, pela implantação de memoriais e pela conversão em centros de documentação e museus.

trivialização do passado autoritário (ARTHURS, 2014; CARTER & MARTIN 2017; NUÑES SEIXAS 2020). O termo *difficult heritage*, lançado por Sharon MacDonald (2009) em análise ao destino das construções do Campo de Congressos do partido Nazi, em Nuremberga, após a II Guerra Mundial, tem servido como suporte teórico. Porém, a experiência tem demonstrado que os cidadãos nem sempre questionam o passado encapsulado nos edifícios: Joshua Samuels (2015) concluiu que os habitantes das aldeias sicilianas promovidas durante o fascismo pouco ou nada se importam com o passado traumático de suas casas. Os significados transformam-se pelas experiências e pelo uso destes equipamentos. O esquecimento, conforme assinalou Paul Connerton (2008), pode ser essencial na formação de uma nova identidade, permitindo a construção de novas memórias.

Em Portugal, apesar do estudo académico das formas de confronto e memorialização do Estado Novo desde o seu ocaso (PINTO, 2010; LOFF, 2014; RAIMUNDO, 2018) e de alguma polémica acerca de uma proposta museológica englobando a casa de Oliveira Salazar em Santa Comba Dão, o debate tem estado relativamente circunscrito a equipamentos associados à repressão – prisões e sedes da polícia política, e sua reutilização enquanto museus, hotéis ou habitação de luxo –, ou a monumentos e obras de arte relacionados com o Império Colonial (MOREIRA, 2018; PERALTA 2013). Ao mesmo tempo, à semelhança do que sucedeu com as Casas do Povo, um conjunto diversificado de equipamentos de promoção estatal desse período, – tribunais, escolas ou edifícios administrativos –, continuou em serviço e permanece em funcionamento após a transição para a democracia.

Uma breve síntese do processo histórico administrativo e arquitetónico da Casa do Povo em Portugal permitir-nos-á entender melhor esta permanência e as vias de transformação e adaptação seguidas por uma tipologia arquitetónica tão significativa e disseminada no país.



## O ESTADO NOVO E A (RE)INVENÇÃO DAS CASAS DO POVO

As Casas do Povo<sup>6</sup>, organismos primários situados na base da pirâmide de poderes que viria a formar a densa rede do sistema corporativo português, foram instituídas no contexto da estruturação do Estado Novo, como desdobramento da Constituição que o criou, promulgada em 22 de fevereiro de 1933.

No entanto, muito antes da instituição formal das Casas do Povo como elemento destas políticas do regime que controlou o país até 1974, inclusive previamente ao golpe de estado de 1926 que instituiu a Ditadura Nacional, existiram em Portugal outras Casas do Povo ou instituições que cumpriram propósitos similares aos que caracterizaram a ação destas entidades. A Casa do Povo Portuense foi fundada em 1900 como cooperativa e lugar de formação política, “à semelhança de muitas que em outros países existem e em especial na Bélgica” para “congregar os esforços de muitos operários e, enfeixando-os, aplicá-los no exercício de importantes negócios em que o produtor seja ao mesmo tempo produtor, consumidor e intermediário” (A COOPERAÇÃO, 1925)<sup>7</sup>. A partir desta Casa do Povo Portuense, outras seriam fundadas em Guimarães (1903), Viana do Castelo (1906) e Coimbra (1912), todas ligadas ao movimento socialista (FREITAS, 2014, p. 63). Em 1934, a entidade, que mantinha uma seção tipográfica e prestava diversos serviços de assistência social, adotou a designação Cooperativa do Povo Portuense, sob a qual continua a existir (FREITAS, 2014, p. 29-31).

---

<sup>6</sup> No contexto brasileiro, a Casa do Povo tem um sentido muito diverso dos homónimos portugueses. Fundada no pós-guerra pela comunidade judaica e “progressista” instalada em São Paulo, a Casa do Povo, nome popular do Instituto Cultural Israelita Brasileiro, promoveu e promove atividades de formação cultural, espetáculos teatrais e musicais, festas tradicionais, bailes, desporto, leitura e exposições. A orientação da Casa do Povo paulistana é marcada pela resistência ao fascismo e à ditadura militar brasileira (1964-1985), no que difere radicalmente das entidades que carregam o mesmo nome em Portugal. Ver *Memória — 50 anos (1953-2003)*. São Paulo: Instituto Cultural Israelita Brasileiro : Casa do Povo, 2003 e também “Casa do Povo 60 anos!” Caderno especial in *Nossa Voz*, n.º1013, ano LXVIII, dez. 2014.

<sup>7</sup> A orientação ideológica desta Casa do Povo, cujo lema era Autonomia, Cooperação, Coletivismo, era bastante diversa daquela que inspirou o Estado Novo: “Com o alvorecer do século XX, lançou o proletariado socialista do Porto, aos alqueives do mundo social, os germes de uma instituição baseada sobre a mesma orientação do formidável baluarte operário de Bruxelas — *La Maison du Peuple*. Pasmou o mundo burguês da temerária iniciativa e viram-se os cretinos antegozando um desastre para essa generosa iniciativa das multidões laboriosas da grande cidade que tem sido sempre o porta estandarte da liberdade”. *A Cooperação — Folha única destinada a marca a passagem do 25º aniversário da Casa do Povo Portuense*. Porto: Tipografia da Casa do Povo, 1925.

Ainda que a natureza desta entidade supusesse uma ação social diversa da característica do Estado Novo e que estas Casas do Povo se situassem em meio urbano e operário, longe do mundo rural e dos camponeses que a versão salazarista das Casas do Povo pretendeu abranger, estas referências mostram que a ideia e o nome já circulavam.

De acordo com Bolas (2021), a principal referência para o Estado Novo foi a Casa Sindical do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria (ECL), construída entre 1933 e 1934. O projeto, assinado pelo arquiteto Narciso Costa (1880-1969), teria sido orientado pelo engenheiro Rocha Mello (1891-1967), responsável pelo planeamento do assentamento construído em Maceira-Liz para abrigar os trabalhadores da empresa (CLÉRIGO, 2013, p. 102). A realização “deveria servir de modelo a esse ideal, a essa próxima realidade”, inspirando a criação e a ação das Casas do Povo, segundo o próprio Oliveira Salazar (BOLAS, 2021, p. 115). A primeira Casa do Povo do novo regime, inaugurada em Barbacena, no Alto Alentejo, no dia 6 de janeiro de 1934, tinha por patrono um dos principais acionistas da ECL, o que ajuda a explicar, por meio do “capital e laços familiares”, o alinhamento das duas instituições com as políticas do regime.

As iniciativas da ECL para ocupar o tempo livre da população operária isolada em torno da fábrica, instalada em meio rural, acabaram por ser incorporadas pelas políticas oficiais do Estado Novo, seja no âmbito das Casas do Povo ou da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), criada em 13 de junho de 1935, poucos meses após a visita de Pedro Teotónio Pereira, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, ao complexo da ECL em Maceira-Liz (BOLAS, 2021). As duas entidades colaborariam intensamente: muitos dos Centros de Alegria no Trabalho (CAT) funcionavam em Casas do Povo e o Gabinete de Heráldica Corporativa, criado pela Direção da FNAT em 1943 sob a direção de Almeida Langhans (1908-1986), era responsável por desenvolver o brasão de armas das Casas do Povo e de outros organismos corporativos como Grémios, Federações e Sindicatos (VALENTE, 1999, p. 159-165).



Tais referências sugerem que, mais do que inventar, o Estado Novo tomou para si a ideia de concentrar as ações das suas limitadas políticas sociais numa instituição dedicada ao povo, aproveitando-se de uma ideia surgida entre os socialistas no começo do século XX e tomando seu espaço, a partir de uma orientação ideológica radicalmente distinta. A rápida implantação das Casas do Povo no Distrito de Braga nos anos 1930 (INE, 1963; FREIRE, 2012), onde já haviam surgido algumas destas Casas do Povo de cariz socialista, ajuda a sustentar esta hipótese. O Estado Novo empenhou-se em fomentar a multiplicação destas entidades, financiando suas atividades por meio da pasta das Corporações e a construção de suas sedes por meio do Ministério das Obras Públicas, apoiadas pelas participações concedidas pelo Comissariado do Desemprego, seja através dos Melhoramentos Rurais ou dos Melhoramentos Urbanos (AGAREZ, 2019).

O Decreto-Lei n.º 23.051, que definiu e regulou a atuação das Casas do Povo, foi promulgado no contexto dos primeiros diplomas corporativos do Estado Novo, simultaneamente ao Estatuto do Trabalho Nacional, em 23 de setembro de 1933, o que sublinha a importância dada pelo regime à instituição. Ainda que o diploma legal traduza a ambição de criar uma Casa do Povo em cada uma das milhares de freguesias rurais do país<sup>8</sup>, a sua constituição dependia principalmente das iniciativas de agentes locais, fossem eles particulares, juntas de freguesia ou autoridades administrativas. Uma Casa do Povo só seria criada pelo Estado quando não houvesse na freguesia instituições ou pessoas da “índole” desejada ou perante a necessidade de “urgentes medidas de previdência social”. Se as Casas do Povo têm sido compreendidas como elementos de base de uma política social dirigida de maneira centralizadora pelo Estado, importa reconhecer também que sua constituição e ação dependiam das iniciativas locais, o que abria algum espaço para a participação na vida destas instituições.

De acordo com este Decreto-Lei, as atribuições das Casas do Povo, eram: prestar assistência e previdência aos sócios, em caso de “doença, desemprego, inabilidade e

---

<sup>8</sup> Em 1934, o Decreto-Lei n.º 23.618 autorizou a criação de Casas do Povo em localidades não caracterizadas como rurais, incluindo as sedes dos concelhos, desde que demonstrada sua pertinência.

velhice”; promover atividades de instrução, ou seja, “ensino de adultos e crianças, desportos, diversões e cinema educativo”; e fomentar progressos locais, cooperando com obras de utilidade comum nos campos das comunicações, águas e higiene pública, além de poderem incentivar a “organização de sociedades cooperativas de produção e consumo”.

As Casas do Povo procuravam tornar o Estado Novo presente nas freguesias rurais do país, funcionando também como instância de conciliação mediada entre o capital e o trabalho. Esta presença era ambivalente, servindo ao amparo das classes desfavorecidas distantes dos grandes centros urbanos e também como dispositivo de observação e controle de tensões sociais. Os relatórios das inspeções realizadas em diferentes Casas do Povo – sejam de rotina (ordinárias) ou motivadas por ocorrências frequentemente sem relação direta com a sua atividade – evidenciam o seu papel enquanto instrumento de vigilância da vida quotidiana.<sup>9</sup>

Coube às Casas do Povo a tarefa de realizar inquéritos sobre a alimentação dos trabalhadores agrícolas, suas condições económicas, sociais e culturais, disponibilidade de energia elétrica e hábitos como audição de rádio, que permitiram ao Estado conhecer melhor a realidade das comunidades rurais durante o processo de implantação do sistema corporativo (PEREIRA, 2016, p. 111). Os reais objetivos do governo passavam pelo estabelecimento de uma “ordem política autoritária” que lhe permitisse controlar as disputas inerentes às relações sociais e de trabalho nas freguesias, transmitindo a ideia de um Estado próximo e presente, mesmo nas comunidades rurais mais remotas (FREIRE, 2012). Na prática, as Casas do Povo ocupariam o espaço deixado vago pelos sindicatos livres, então interditos. As tensões e disputas em torno da Direção das Casas do Povo mostram que, embora sob rigoroso controle do Estado, existiam tendências e conflitos entre grupos políticos bastante distintos, mesmo que partilhassem a mesma simpatia e aceitação em relação às premissas ideológicas do corporativismo antidemocrático.

---

<sup>9</sup> Veja-se, por exemplo, o *Processo respeitante à Casa do Povo de Carapeços (Barcelos) sobre um caso de estupro de uma menor*, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Presidente.

Ao contrário dos sindicatos, as Casas do Povo juntaram trabalhadores e patronato na mesma entidade. Os sócios dividiam-se entre efetivos (chefes de família trabalhadores rurais da freguesia), que deveriam contribuir mensalmente com um escudo, e protetores natos, categoria constituída pelos proprietários de terrenos agrícolas, cuja contribuição deveria ser de pelo menos cinco escudos. Em 1940, foi acrescida a categoria de benfeitor, ocupada por figuras de destaque na sociedade local e condição económica privilegiada. A mesa diretora deveria realizar assembleias anuais e reuniões mensais, obrigações verificadas pelas inspeções realizadas pelos representantes do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP). Ao mesmo tempo que as apoiava, o Estado reservava-se o direito de vigiar as Casas do Povo e suspender ou mesmo dissolver as instituições “no caso em que sua acção se torne prejudicial aos interesses da ordem política e social” (DECRETO-LEI n.º 23.051).

Qualquer atividade política ou social “contrária aos interesses da nação e à Constituição do Estado” era proibida, assim como era interdita a existência de qualquer entidade que concorresse com os objetivos das Casas do Povo. Além de estabelecer estes princípios, o Decreto-Lei de 1933 descreve as possibilidades práticas para o seu alcance, cuja realização ficava a cargo dos responsáveis pela direção de cada entidade de acordo com as suas possibilidades, o que permite compreender a heterogeneidade em termos de construções e atividades levadas a cabo pelas Casas do Povo. De acordo com o espírito que regia o Fundo de Desemprego, o Decreto-Lei estabelecia que as Casas do Povo poderiam tomar parte das obras de melhoramentos da freguesia, mobilizando os sócios efetivos para a realização de trabalhos de abertura e conservação de caminhos, águas, esgotos, “melhoramentos e aformoseamentos” locais (DECRETO-LEI n.º 23.051). Esta linha de ação foi reforçada e ampliada pelo Decreto-Lei n.º 30.710, de 29 de agosto de 1940.

Muitas Casas do Povo funcionaram durante décadas em espaços adaptados e improvisados, cedidos ou arrendados, ao passo que outras investiram na construção da sua própria sede como representação da aliança entre o governo central e as “forças vivas” das comunidades rurais no ambiente construído, contando frequentemente com o apoio técnico da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos



Nacionais (DGEMN). Os terrenos eram normalmente cedidos pelas Câmaras Municipais ou doados por beneméritos locais.

De facto, a construção de sedes não constituiu a norma durante a vigência do regime, já que predominou o arrendamento de edifícios existentes. A construção de raiz apenas se aproximou, em quantidade, do número de edifícios arrendados durante o chamado “marcelismo” (1968-74). No período entre 1938-1953<sup>10</sup>, verifica-se a predominância da reprodução do tipo ou modelo “oficial”, que a partir de 1945 correspondeu a aproximadamente 80% novas sedes (sendo as restantes erguidas segundo projeto próprio).

Em 1966, o próprio Estado reconhecia que a natureza das Casas do Povo acabou por transformar-se em função da ampliação dos benefícios concedidos pelas políticas de previdência social no pós-guerra (JUNTA DE ACÇÃO SOCIAL, 1966). Se, durante a sua criação, as Casas do Povo pretenderam promover ações de auxílio social – cuidados de saúde – e assistência previdenciária – subsídios nos casos de doença, invalidez e morte dos associados – ao representar a face visível do Estado nas localidades rurais mais necessitadas, acabaram por ser forçadas a ampliar suas ações e compromissos com as populações locais. Esta transformação das valências e serviços prestados teve consequências visíveis na arquitetura das sedes destas instituições, que passaram dos projetos-tipo aos projetos específicos construídos ao longo das décadas seguintes.

---

<sup>10</sup> Não foi possível obter dados para outros períodos cronológicos, dado que a fonte utilizada – a Estatística da Organização Corporativa e Previdência Social publicada pelo INE – deixou de indicar essas informações.

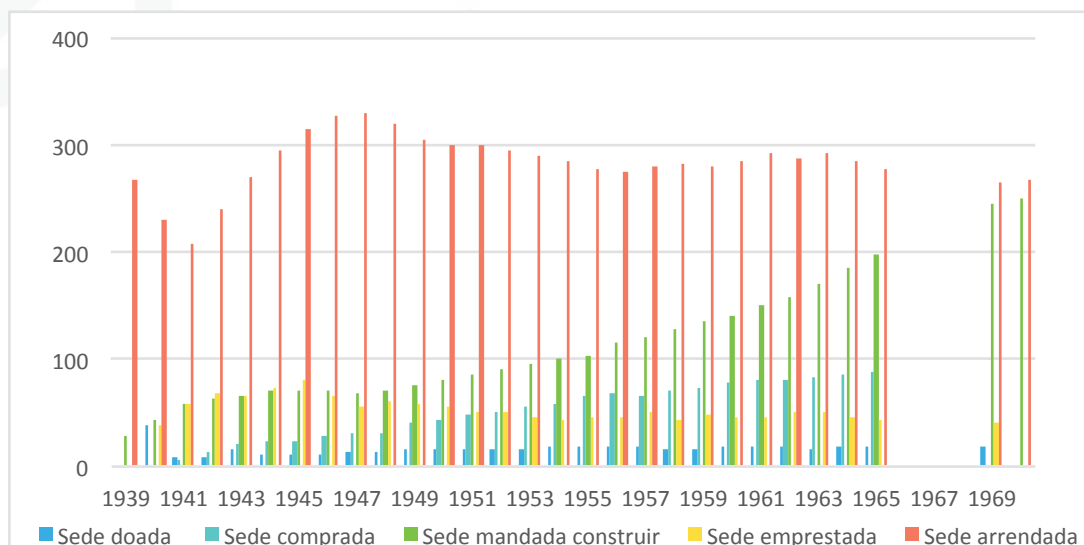


Figura 9: Casas do Povo segundo a forma de ocupação da sede, 1939-1974. Elaboração própria. Fonte: INE, Estatística da Organização Corporativa (1933-1949); INE, Estatística da Organização Corporativa e Previdência Social (1950-1974). Esta fonte não inclui dados para 1966-1968 e 1973.

## A ARQUITETURA DAS SEDES DAS CASAS DO POVO, PARA ALÉM DOS PROJETOS-TIPO

Entre 1935 e 1938, o arquiteto Jorge Segurado desenvolveu para a DGEMN dois pares de projetos-tipo para construção das sedes das Casas do Povo a edificar em todo o território nacional com pequenas variações (em alçados, soluções de cobertura e materiais), em função da região onde se inseriam<sup>11</sup>, de maneira análoga aos projetos “regionalizados” de escolas primárias desenvolvidos por Rogério de Azevedo e Raul Lino naqueles anos (JARAMILLO; OLIVEIRA, 2016, p.57-78). Ainda que houvesse preocupação de integrar as construções na paisagem, a quantidade de Casas do Povo a construir impunha a padronização e a repetição de elementos e

<sup>11</sup> Segurado desenvolveu duas soluções de planta, diferindo apenas na existência ou não de um corredor de acesso aos serviços e duas versões destas plantas adaptadas às regiões do *Minho, Douro, Trás-os-Montes e Beiras*, com telhado e *Estremadura, Alentejo e Algarve*, com cobertura em “terraço”, ou seja com laje em betão. Direção-Geral do Património Cultural, Arquivos e Coleções Documentais da Ex-DGEMN, Fundo DSARH.

soluções construtivas. Os desenhos eram reproduzidos e distribuídos pela DGEMN, com o respectivo caderno de encargos<sup>12</sup>.

Os projetos-tipo de Segurado articulavam dois corpos perpendiculares, o maior deles dedicado à grande sala, acessível diretamente a partir do exterior através de quatro portas e um alpendre, que receberia as atividades culturais e formativas e poderia comportar 132 pessoas sentadas, passível de ser dividida com painéis amovíveis em salas menores. O volume menor concentrava a direção, gabinete de consultas médicas, posto de socorros, expediente da Caixa de Previdência, W.C., lavabo e arrecadação<sup>13</sup>. A Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos, constituída em 12 de maio de 1934, foi das primeiras “a ter sede própria com edifício construído para o efeito”, de acordo com um dos relatórios da Inspeção de Organismos Corporativos<sup>14</sup>. Construída a partir deste tipo ou “modelo oficial”, a sede foi inaugurada em 29 de outubro de 1942, e apresentava “instalações magníficas”, na opinião do inspetor Folhento.

No entanto, a diversidade arquitetónica das sedes das Casas do Povo espalhadas pelo país demonstra que a aplicação deste tipo foi relativamente limitada. Sobretudo nas Beiras, Trás-os-Montes e Minho, principalmente no distrito de Braga (FREIRE, 2012) foram construídas Casas do Povo de acordo com o projeto-tipo recomendado para aquela região. A maioria das sedes das Casas do Povo retratadas na publicação que celebra uma década de criação destas instituições (INTP, 1943) é do tipo projetado por Segurado<sup>15</sup>. A Memória Descritiva e Justificativa do projeto-tipo admitia a adaptação do projeto e da volumetria, o que foi recorrentemente solicitado pelos diretores destas entidades à DGEMN, que acatou boa parte dos pedidos feitos, até que passou a recomendar às direções das Casas do Povo que encomendassem projetos específicos para a construção de suas sedes. Os projetos deveriam ser

---

<sup>12</sup> Ver os processos referentes aos projetos e construção das Casas do Povo conservados na Direção-Geral do Património Cultural, Arquivos e Coleções Documentais da Ex-DGEMN, Fundo REE.

<sup>13</sup> *Memória descritiva do Projecto para a Construção dos Edifícios destinados às Casas do Povo*. Direção-Geral do Património Cultural, Arquivos e Coleções Documentais da Ex-DGEMN, Fundo REE.

<sup>14</sup> Hermínio Jorge Folhento, *Relatório de Inspeção à Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos*, Inspeção de Organismos Corporativos, 1970, Arquivo do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

<sup>15</sup> É o caso das Casas do Povo de Silgueiros (Distrito de Viseu), São Martinho do Bispo, Barril de Alva e Travanca do Lago (Distrito de Coimbra) e Macieira de Rates (Distrito de Braga).



analisados e aprovados pelos serviços técnicos da DGEMN, responsável por zelar pela qualidade do projeto, de acordo com os seus próprios critérios.

Em 1938, o engenheiro chefe da Repartição de Estudos de Edifícios (REE), Raul Fernandes, pediu ao diretor da DGEMN que nomeasse o engenheiro Filipe Ferreira, da Direção de Edifícios de Lisboa, e o arquiteto Luís Benavente (1902-1993) para proporem modificações nestes projetos-tipo<sup>16</sup>, como a substituição por telhado da cobertura em terraço prevista para as obras no Sul do país. As lajes em betão armado, além de complicarem a execução<sup>17</sup> e a manutenção dos edifícios, acabavam por lhes conferir um semblante diferente dos estereótipos arquitetónicos comumente associados ao Estado Novo. Além deste pormenor, o projeto-tipo de Jorge Segurado foi duramente criticado nas páginas do *Mensário das Casas do Povo*, órgão oficial de comunicação da JCCP, na série de artigos de Raul Lino (1879-1974) e do Subsecretário de Estado das Corporações, Manuel Cunha Vieira (ROSMANINHO; RODRIGUES, 2021, p. 261)<sup>18</sup>. As críticas e sugestões de Lino dariam origem a uma série de projetos de Casas do Povo mais elaborados e ambiciosos, como o projeto para ampliação da Casa do Povo para Ferreira do Alentejo, desenvolvido a partir de 1947 (JARAMILLO, 2011, p. 115-126).

Em 1944, o arquiteto Jorge de Oliveira (1907-1989), chefe dos Serviços de Arquitetura e Urbanismo (SAU) da Junta de Província do Algarve e consultor técnico oficial dos municípios de Faro, Olhão, Portimão e Vila Real de Santo António, desenvolveu uma versão regional do projeto-tipo de Casas do Povo a construir no Algarve a partir do modelo nacional. Oliveira quis que o seu protótipo de Casa do Povo expressasse, segundo escreveu na Memória Descritiva,

---

<sup>16</sup> Ofício do Engenheiro Chefe da Repartição de Estudos de Edifícios Raul Fernandes para o Diretor Geral da DGEMN, 9 de dezembro de 1938. Direção-Geral do Património Cultural, Arquivos e Coleções Documentais da Ex-DGEMN, Fundo REE.

<sup>17</sup> O Caderno de Encargos, que acompanha os projetos tipo para o Sul, discorre demoradamente sobre as etapas necessárias e cuidados a observar na cofragem e betonagem destas lajes, o que sugere que a técnica era então pouco habitual.

<sup>18</sup> Ver os artigos “Que aspecto havemos de dar às Casas do Povo?” de Raul Lino publicados no *Mensário das Casas do Povo* entre fevereiro e dezembro de 1947 e “As sedes das Casas do Povo”, de Manuel Cunha Vieira, publicado em março do mesmo ano.

a espontaneidade do profundo sentido utilitário e, sobretudo, humano, exigido pelas necessidades e condições da vida rústica, oferecendo pela sua simplicidade o maior atrativo, o pitoresco que ressalta do seu caráter tão vincadamente regional (OLIVEIRA *apud* AGAREZ, 2023, p. 282).

Outros arquitetos a serviço da DGEMN também se envolveram em projetos de sedes de Casas do Povo, como Eugénio Correia (1897-1985), que projetou a de Almeirim nos anos 1950. Até 1943, haviam sido constituídas 529 Casas do Povo, das quais 397 se encontravam em atividade; dentre elas, 113 funcionavam em edifícios próprios (INTP, 1943). As Casas do Povo concediam subsídios em caso de doença, morte, invalidez, nascimento de filhos, casamento, realizavam consultas médicas, tratamentos, visitas domiciliárias, forneciam medicamentos, organizavam colónias de férias e ministravam educação primária e profissional, além de uma série de “realizações de interesse social”<sup>19</sup>, envolvendo 239.609 sócios efetivos.

Os projetos que diferiam dos tipos “oficiais” muitas vezes incluíam espaços para atividades além das previstas no programa original, como bibliotecas, cooperativas e “ninho para crianças”, propondo ainda outras adaptações como a substituição de alguns materiais, alterações nas aberturas ou aproveitamento de desníveis do terreno para caves e arrumos. Em alguns pareceres, os técnicos da DGEMN assumiram a necessidade de adaptar a solução tipo aos diferentes lugares:

Diz a memória que o projecto tipo não poderá satisfazer e daí a necessidade de o alterar ou melhor adaptar às necessidades locais. Concordamos absolutamente com essa ideia, pois um projecto tipo não pode ser aplicado aqui e acolá sem conveniente adaptação, e muito mais tratando-se de Casas do Povo, cujas características de facto tem que ser muito diferentes de localidade para localidade.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> Entre eles, registavam-se a “Instalação de sedes em prédios próprios, Construção ou reparação de vias de comunicação, Obras em templos ou cruzeiros, Abastecimento de águas às populações, Instalações para iluminação pública, Obras de sanidade local, Reparação e alargamento de cemitérios, Criação e manutenção de serviços de assistência, Montagem de postos de socorros, Organização de grupos culturais, Fundação de bibliotecas privativas, Organização de grupos recreativos, folclóricos e desportivos, Criação de campos de jogos privativos, Celebração de convenções coletivas de trabalho” (INTP, 1943).

<sup>20</sup> *Parecer sobre o projeto da Casa do Povo de Ervidel*. Direção-Geral do Património Cultural, Arquivos e Coleções Documentais da Ex-DGEMN, Fundo REE.

O exíguo programa proposto por Segurado, pensado a partir dos serviços mínimos para uma freguesia abstrata, contrastava com as ambições da JCCP, criada em 1945, que propôs ampliação dos espaços com o objetivo de ampliar o escopo das ações das Casas do Povo e consolidar sua presença nestas comunidades rurais. Se o texto do Decreto-Lei que instituiu as Casas do Povo em 1933 previa ações que poderiam coincidir com atividades desenvolvidas por outras coletividades ou serviços do Estado no campo da educação e da saúde – por exemplo, pela Assistência Nacional aos Tuberculosos<sup>21</sup>, pelas Misericórdias e Câmaras Municipais –, em 1945 afinaram-se as competências destes organismos, que pretendiam ocupar os espaços de outras instituições criadas durante a Monarquia ou a I República.

Entre julho de 1946 e até dezembro de 1971, a JCCP editou regularmente o *Mensário das Casas do Povo* (Figura 10) (BRANCO, 1999), distribuído gratuitamente nestas e noutras entidades de suporte do regime. Este veículo promovia a divulgação de campanhas governamentais, manifestações culturais associadas ao mundo rural e artigos de doutrinação corporativista, bem como orientações práticas relacionadas à organização e gestão das Casas do Povo.

---

<sup>21</sup> Criado em 1899 e transformado em Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos em 1953.



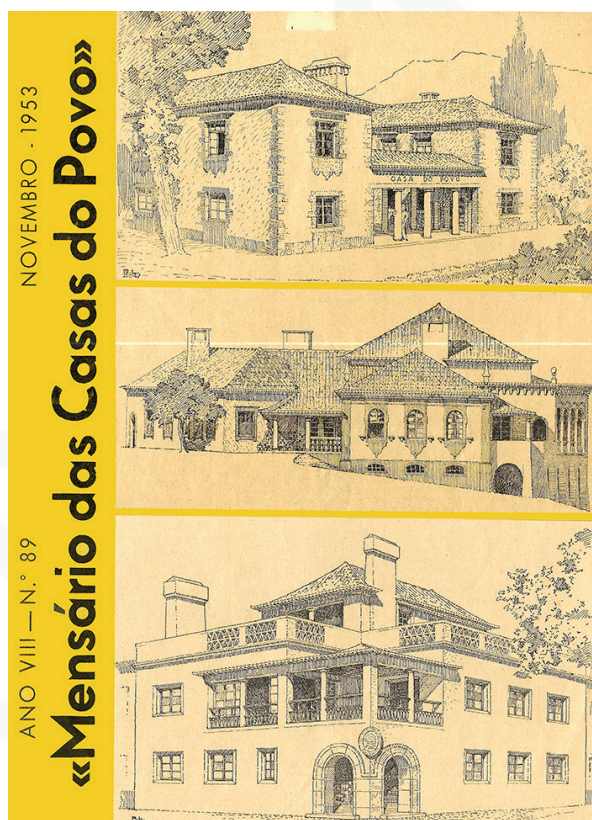


Figura 10: Desenhos de Raul Lino com exemplos de projetos de Casas do Povo “de Coimbra para o Norte”, em Abrantes e Ferreira do Alentejo na capa da edição de Novembro de 1953 do *Mensário das Casas do Povo* (Ano VIII, n.º 89).

A partir de 1947, as Casas do Povo foram estimuladas pela JCCP a organizar um pequeno museu no seu espaço que ajudasse a perceber e contar as atividades quotidianas da freguesia em que estava instalada<sup>22</sup>. Assim, determinadas regiões do país como o Alentejo e o Ribatejo viram surgir projetos de Casas do Povo dotados de valências que iam muito além do tipo primordial, tanto em termos de área e volume construído, quanto em termos de expressão arquitetónica. Integrar a obra na paisagem era uma tónica recorrente nos debates que envolveram os projetos, muitas vezes fundados numa visão estereotipada do “caráter da região”:

A própria sede da Casa do Povo deve reflectir o carácter da região. Assim nas Beiras de sabor granítico, as Casas do Povo devem ser construídas em granito ao pendor da paisagem, com as largas pedras desnudas emolduradas de cal e arcos baixos e conventuais

<sup>22</sup> Gabinete de Estudos e Publicações da Junta Central das Casas do Povo, Normas gerais de organização dos museus das Casas do Povo, dezembro de 1947.

que tão bem se casam com os ferros forjados, os grandes potes de barro negro, os cobres chamejantes, as travessas negras de castanho ou pinho. Já o Alentejo pede as brancuras lavadas que refletem o sol; os alegretes, os barros cozidos, as mantas, as guizalhas do gado. (JUNTA DE ACÇÃO SOCIAL, 1966).

No final dos anos 1960, surgiram novos projetos-tipo que combinavam as sedes das Casas do Povo com um pavilhão gimnodesportivo que podia também abrigar eventos festivos e espetáculos culturais organizados pela entidade<sup>23</sup>. Estes projetos materializaram a associação entre as Casas do Povo, percebidas como entidades de base associativa e de previdência e novos programas de incentivo ao desporto e atividades culturais de índole “etnográfica e folclórica”. Se a integração na paisagem e o uso dos materiais locais era uma preocupação nos projetos iniciais para as Casas do Povo, o uso do betão armado passou a ser predominante nestes novos projetos, que respondiam de maneira pragmática às intenções do I e II Planos de Fomento Gimnodesportivos<sup>24</sup>.

No ano da queda do Estado Novo, em 1974, havia 897 Casas do Povo em atividade (INE, 1974), distribuídas de maneira heterogénea pelo território, refletindo não só o envolvimento variável das populações locais nestas instituições, mas também momentos distintos de constituição das entidades (FREIRE; FERREIRA; 2016, p. 37). Em 1935, quando foram criadas as primeiras Casas do Povo nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, já existiam no território continental mais de cem destas entidades. No cômputo geral, verificou-se um aumento destes organismos corporativos na década de 1940 a 1950, passando de 308 para 498. Após uma evolução compassada nas décadas de 1950 e 1960, registou-se um aumento exponencial entre 1972 e 1973, passando de 736 para 895 Casas do Povo em funcionamento ativo (Figura 11). De acordo com Dulce Freire (2012, p. 284), a criação

---

<sup>23</sup> Embora não tenhamos localizado documentação acerca deste novo tipo, durante o trabalho de campo deparamo-nos com reproduções deste projeto em Lanheses (Viana do Castelo), Lixa (Felgueiras), Vila Boa do Bispo (Marco de Canavezes), Arouca e Oliveirinha (Aveiro), Sebal Grande (Condeixa), São Romão (Seia), Benavente e Rio Maior (Santarém), Lourinhã (Lisboa) e Vimieiro (Arraiolos), entre outras localidades.

<sup>24</sup> Ver Ministério da Educação Nacional - Fundo de Fomento do Desporto, *Plano de Fomento Gimnodesportivo para 1966-1970*, Lisboa, 1965, Arquivo Nacional da Torre do Tombo/Arquivo Oliveira Salazar e Ataíde, A. *II Plano de Fomento Gimnodesportivo - Relatório Preliminar*, Subsecretaria de Estado da Juventude e Desportos / Ministério da Educação Nacional, 1971.

de Casas do Povo no período final do Estado Novo relaciona-se com o alargamento das suas competências de previdência social a partir de 1969 (Lei n.º 2144).

Em termos regionais, a maior concentração correspondia aos distritos do Alentejo. Este facto tem sido explicado como “estratégia para fortalecer o controlo político e social da região” (FREIRE; FERREIRA; 2016, p. 45), em função da expressão significativa de trabalhadores rurais e da capacidade de mobilização de movimentos ideológicos contrários ao regime. Porém, o caso do distrito de Braga também se destaca pelo crescimento durante o Estado Novo: de uma Casa do Povo em atividade em 1934, passou a 74 no ano de 1974, registando-se a existência de mais de 90 organismos entre os anos de 1946 e 1972.

Se nos anos 1930 foram poucas as freguesias que se organizaram para constituir uma Casa do Povo, em grande medida estimuladas por entusiastas do salazarismo ou mesmo instigadas pelo próprio Estado a fazê-lo, no final dos anos 1960 estava disseminada em algumas comunidades uma certa desconfiança destas entidades, como no caso de Alpiarça (FREIRE, 2012). Mesmo entidades consideradas modelares nos primeiros anos de existência, como a Casa do Povo de Figueiró dos Vinhos, foram enfrentando problemas ligados à diminuição da atividade associativa, por vezes relacionada com a atuação de seus dirigentes e a relação que estabeleciam com a população, além da própria natureza destas entidades, como se depreende da leitura de vários relatórios de inspeções realizadas pelos organismos oficiais de tutela.



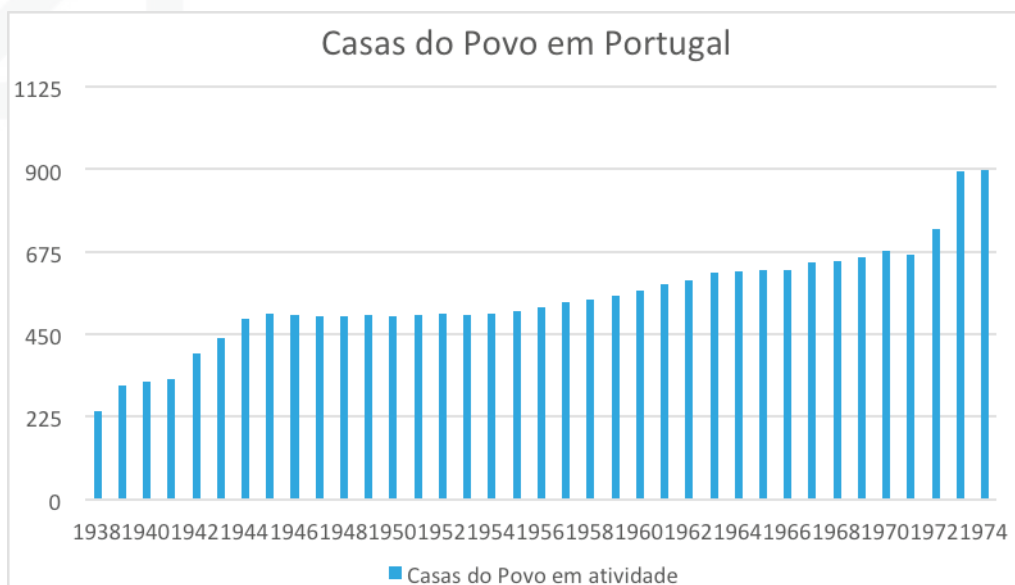


Figura 11: Evolução das Casas do Povo em atividade, 1939-1974. Elaboração própria. Fonte: INE, Estatística da Organização Corporativa (1933-1949); INE, Estatística da Organização Corporativa e Previdência Social (1950-1974).

Ou seja, não foi só a ação das Casas do Povo que se transformou ao longo das décadas, mas também a percepção das populações rurais destas instituições. Com o movimento revolucionário que pôs fim à ditadura em 1974, as Casas do Povo mantiveram a sua base local e natureza associativa mas transformaram-se radicalmente, tanto como entidades quanto do ponto de vista dos serviços que ofereciam, sobretudo no campo da previdência e da saúde, dado que estas funções passaram a ser desempenhadas por organismos criados a nível nacional como o Serviço Nacional de Saúde (a partir de 1979) e a Segurança Social<sup>25</sup>. A Casa do Povo de Pinhel, por exemplo, ampliada para dar lugar a uma representação local da Segurança Social, manteve-se ao longo dos anos 1980 e 1990 em grande medida graças à renda paga pela entidade nacional, até que a antiga sede da Câmara Municipal fosse reabilitada para abrigar este e outros serviços, deixando

<sup>25</sup> A alínea h do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 203/74, publicado em 15 de maio de 1974, determina a “Substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social”.

desocupadas estas instalações, hoje aproveitadas para cursos de formação profissional organizados pela Casa do Povo<sup>26</sup>.

## **A SOBREVIVÊNCIA DAS CASAS DO POVO APÓS O ESTADO NOVO**

Dada a associação direta entre as Casas do Povo e o regime corporativo, após o 25 de Abril de 1974, a existência destas instituições foi questionada, ainda que o novo regime rapidamente nelas tenha reconhecido uma instância importante de associativismo local. Animados pelo entusiasmo democrático, os novos governos tentaram ressignificar o papel das Casas do Povo, esvaziando-as de seu caráter autoritário e valorizando o seu enraizamento nas comunidades rurais. A apropriação de estruturas herdadas do Estado Novo em democracia, devidamente transformadas, aconteceu também com a FNAT, convertida em Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres (INATEL).

---

<sup>26</sup> Entrevista realizada pelos autores com Carlos Alberto Videira dos Santos, presidente da Casa do Povo de Pinhel em 23 de junho de 2023.



Figura 12: Cartaz editado pela Junta Central das Casas do Povo em 1974.  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Alguns dos chamados Ranchos Folclóricos, assim como bandas filarmónicas e clubes desportivos, sobreviveram ao fim das Casas do Povo que lhes deram origem, estabelecendo a continuidade de iniciativas fortemente estimuladas durante o Estado Novo (CASTELO-BRANCO; BRANCO, 2013), já em outro contexto político. Não só foram terminadas e inauguradas as obras das sedes das Casas do Povo em curso durante a revolução de 1974, como outros projetos de sedes de Casas do Povo foram completamente remodelados para corresponder às renovadas funções estabelecidas após o 25 de abril.

A Lei nº. 4/82 de 11 de janeiro de 1982 deu “nova caracterização” a estas instituições, acabando com a obrigatoriedade de associação, garantindo o apoio do

Estado e reservando a possibilidade de criação de novas Casas do Povo, agora como “autênticos centros comunitários, empenhados no desenvolvimento das populações, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida, através de diversas ações de animação sócio-cultural”.

A JCPP foi extinta pelo Decreto-Lei n.º 185/85 de 29 de maio de 1985, momento no qual a Segurança Social passou a garantir o acesso dos trabalhadores rurais aos fundos de previdência. De acordo com os registos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em 2023 existem 100 Casas do Povo ativas<sup>27</sup>, o que não equivale ao número de edifícios construídos para este fim que permanecem de pé, muitas vezes convertidos noutros equipamentos quando a entidade, que perdeu progressivamente muitas das suas valências, nomeadamente nos campos da previdência e da saúde, acabou por deixar de existir. Algumas das Casas do Povo foram transformadas em sedes de juntas de freguesias, como no caso de Igreja (Arraiolos), enquanto outras passaram a abrigar ações das Santas Casas da Misericórdia locais, como em Bencatel (Vila Viçosa) e Condeixa-a-Nova, quando não foram simplesmente abandonadas. Muitas destas sedes estão devolutas, sendo cedidas a atividades ou serviços esporádicos, como em Figueiró dos Vinhos, Arganil e Alverca da Beira (Pinhel). Em várias localidades, a Casa do Povo funciona como café e serve de ponto de encontro dos habitantes de freguesias rurais relativamente isoladas como Manigoto (Pinhel). Durante o trabalho de campo, identificámos também algumas sedes de Casas do Povo que foram cedidas ou alienadas a particulares, como em Unhais da Serra (Covilhã) e Estremoz.

As Casas do Povo permitem-nos observar a transformação de entidades estruturadas durante o Estado Novo que tiveram expressão no ambiente construído e que cumpriram finalidades múltiplas associadas a políticas que conjugavam o assistencialismo e o controle social – e que, em democracia, continuaram a servir, desta feita como peças na construção do Estado Social, tendo sido tanto suas sedes quanto suas ações apropriadas pelo regime democrático, dado o seu enraizamento profundo nas comunidades em que se inserem. Se foram concebidas como

---

<sup>27</sup> Listagem disponível em <https://www.seg-social.pt/publicacoes?bundleId=17837637>. Acesso em:



instrumentos de disseminação dos princípios do corporativismo, com o fim da obrigatoriedade de associação e contribuição, a sua sobrevivência e atividades revelam estratégias de associativismo local, respondendo a objetivos muito variáveis e permitindo-nos entrever, hoje, algumas das dinâmicas sociais, económicas e culturais destas comunidades<sup>28</sup>.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAREZ, R. Obras públicas e 'Melhoramentos' Locais: Entre Lisboa e o país (real). In: BRITES, J.; CORREIA, L. M. (ed.). *Obras Públicas no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2019, p. 150-157.
- AGAREZ, R. *A Construção do Algarve: Arquitetura Moderna, Regionalismo e Identidade no Sul de Portugal (1925-1965)*. Porto: Dafne Editora, 2023.
- ARTHURS, J. 'Voleva Essere Cesare, Mori Vespasiano': the Afterlives of Mussolini's Rome. *Civiltà Romana. Rivista Pluridisciplinare di Studi su Roma Antica e le Sue Interpretazioni*, n.º 1, p. 283-302, 2014.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL *Fernando Pessoa – O Último Ano*. Lisboa:BNP, 1985.
- BOLAS, I. *Tecnologia e Estado Novo: os cimentos e a materialização do corporativismo português*. Tese (Doutoramento em História). Universidade de Évora, 2021.
- BRANCO, J. Autoritarismo político e folclorização em Portugal: o mensário das Casas do Povo (1946-1971). *Actas do VIII Congresso de Antropologia*, 1999, p. 29-45.
- CARDIM, J. Justino Morais, arquitecto. Perspectivas para o estudo e valoração da sua obra". *Monumentos*, n.º 35, p. 186-193, 2017.
- CARTER, N.; MARTIN, S. The Management and Memory of Fascist Monumental Art. Postwar and Contemporary Italy: the case of Luigi Montanarini's Apotheosis of Fascism. *Journal of Modern Italian Studies*, v. 22, n.º 3, p. 338-364, 2017.
- CASTELO-BRANCO, S.; BRANCO, J. F (ed.). *Vozes do Povo: a a folclorização em Portugal*. Lisboa: Etnográfica Press, 2003.

---

<sup>28</sup> Este trabalho foi desenvolvido no âmbito dos projetos de investigação *ReARQ.IB – Built Environment Knowledge for Resilient, Sustainable Communities: Understanding Everyday Modern Architecture and Urban Design in the Iberian Peninsula (1939–1985)*, financiado pelo *European Research Council (Starting Grant GA949686)*, sediado no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e coordenado por Ricardo Costa Agarez; e *ArchNeed – The Architecture of Need: Community Facilities in Portugal 1945-1985*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/ART-DAQ/6510/2020), sediado na Universidade de Évora e sob coordenação do mesmo. Para conhecer melhor as coordenadas e resultados destes projetos de investigação, ver [www.arquitecturaaqu.eu](http://www.arquitecturaaqu.eu).

- CASA DO POVO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS (1934-1984). 50 anos ao serviço da cultura, desporto, recreio previdência e segurança social. Figueiró dos Vinhos: s.n., 1984.
- CLÉRIGO, T. C. *Habitar a utopia: o complexo da fábrica de cimentos de Maceira-Liz*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013.
- CONNERTON, P. Seven Types of Forgetting. *Memory Studies*, v. 1, n.º 1, p. 59-71, 2008.
- COPLEY, C. *Nazi Buildings, Cold War Traces and Governmentality in Post-Unification Berlin*. London: Bloomsbury Academic, 2020.
- FERNANDES, J. M. *Português Suave*. Arquitecturas do Estado Novo. Lisboa: IPPAR, 2003.
- FINDLEY, L. *Building Change: Architecture, Politics and Cultural Agency*. London: New York: Routledge, 2010.
- FONSECA, T. *Lavre: oito séculos de História*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.
- FREIRE, D. Estado Corporativo em Acção: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo. In: ROSAS, F.; GARRIDO, Á. (ed.). *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 273-302.
- FREITAS, J. E. C. *A Casa do Povo Portuense (1900-1914)*. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Estatística da Organização Corporativa e Previdência Social. Lisboa: INE, 1963.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Estatística das Associações Sindicais, Patronais e Previdência. Continente e Ilhas Adjacentes. Lisboa: INE, 1974.
- INSTITUTO NACIONAL DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. Casas do Povo, 1933-1943. Separata Dez Anos de Política Social. Lisboa: INTP, 1943.
- JARAMILLO, J. *Casas do Povo, Casas dos Pescadores*. A dimensão arquitectónica de um organismo para o desenvolvimento social. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2012.
- JARAMILLO, J.; OLIVEIRA, C. A dimensão arquitectónica das Casas do Povo e das Casas dos Pescadores, entre o projecto-tipo e as expressões locais. In: FERREIRA, F.; MENDES, F.; PEREIRA, N. *A Conquista Social do Território*. Arquitetura e Corporativismo no Estado Novo Português. Coimbra: Tenacitas, 2016, p. 57-78.
- JUNTA DA ACÇÃO SOCIAL. A terra e o homem — Casas do Povo. Lisboa: Junta da Acção Social, 1966.
- LOFF, M. Dictatorship and revolution: Socio-political reconstructions of collective memory in post-authoritarian Portugal. *Culture & History Digital Journal*, v. 3, n.º 2, e 017, 2014.

- MACDONALD, S. *Difficult Heritage. Negotiating the Nazi Past in Nuremberg and Beyond*. London: New York: Routledge, 2009.
- MAULSBY, L. Drinking from the River Lethe: Case del Fascio and the Legacy of Fascism in Postwar Italy. *Future Anterior: Journal of Historic Preservation, History, Theory, and Criticism*, v. 11, n.º 2, p. 19-39, 2014.
- MOREIRA, V. *As prisões políticas do Estado Novo no século XXI: uma perspectiva Patrimonial*. Dissertação (Mestrado em Património Cultural). Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2018.
- NUÑES SEIXAS, X. *Guaridas del Lobo. Memorias de la Europa Autoritaria, 1945-2020*. Barcelona: Crítica, 2021.
- PAIS, A. A. *Casa do Povo de Vendas Novas: quatro décadas de relevantes serviços prestados à Terra e ao Concelho*. Vendas Novas: Casa do Povo de Vendas Novas, 2001.
- PERALTA, E. A. Composição de um Complexo de Memória: O Caso de Belém, Lisboa. In: PERALTA, E.; DOMINGOS, N. (ed.). *Cidade e Império*. Dinâmicas coloniais e reconfigurações Pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 361-407.
- PEREIRA, N. Nós, o Povo – As redes das Casas do Povo. *Oficina do Historiador*, v. 9, n.º 2, p.99-118, 2016.
- PINTO, A. C. Coping with the Double Legacy of Authoritarianism and Revolution in Portuguese Democracy. *South European Society and Politics*, v. 15, n.º 3, 2010, p. 395-412.
- RAIMUNDO, F. *Ditadura e Democracia, legados da memória*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. *A serra e a cidade: o triângulo dourado do regionalismo*. Lisboa: Âncora Editora, 2009.
- ROSMANINHO, N.; RODRIGUES, M.F. (ed.) *Estética dos Regimes Autoritários e Totalitários*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2021.
- SAMUELS, J. Coming 'To Terms' with Sicily's Fascist Past. In: SAMUELS, K. L.; RICO, T. *Heritage Keywords. Rhetoric and Redescription in Cultural Heritage*. Boulder: University Press of Colorado, 2015, p. 111-128.
- VALENTE, J. C. *Estado Novo e Alegria no Trabalho: uma História Política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Edições Colibri: INATEL, 1999.